



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Seif

REQUERIMENTO Nº DE - CSP

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a recepção, dentro das dependências do Palácio do Ministério da Justiça, da Senhora Luciane Barbosa Farias, integrante do Comando vermelho, por duas vezes durante este ano.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão da administração pública federal direta, que tem dentre suas competências a defesa da ordem jurídica, atuando principalmente no combate ao tráfico de drogas e crimes conexos.

No dia de hoje, 13 de novembro de 2023, foi veiculado na grande mídia nacional que a Senhora Luciane Barbosa Farias, conhecida como dama do tráfico amazonense, esposa do Senhor Clemilson dos Santos Farias, vulgo Tio Patinhas, que já figurou em primeiro lugar na lista de procurados pela polícia do Amazonas, sendo o líder do Comando Vermelho no estado, foi recebida por mais de uma vez no Palácio do Ministério da Justiça.

Clemilson dos Santos Farias ficou conhecido por ostentar a “fama de indivíduo de altíssima periculosidade, com desprezo à vida alheia”. Os métodos violentos de Tio Patinhas marcam a crônica policial do Amazonas.

Luciane Barbosa Farias, casada há 11 anos com Clemilson dos Santos Farias, assim como o marido, foi condenada em segunda instância por lavagem de dinheiro, associação para o tráfico e organização criminosa; Luciane foi sentenciada a dez anos e recorre em liberdade, enquanto o marido cumpre sentença de 31 anos de prisão.

O Ministério Público do Amazonas diz que ela *“exercia papel fundamental também na ocultação de valores oriundos do narcotráfico, adquirindo veículos de luxo, imóveis e registrando ‘empresas laranjas’.”*

Segundo informações do *Estadão*, Luciene esteve no prédio da pasta no dia 19 de março, para audiências com Elias Vaz, Secretário Nacional de Assuntos Legislativos de **Flávio Dino**, e em 2 de maio, quando se encontrou com **Rafael Velasco Brandani**, titular da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).

Luciane também se reuniu com a diretora da Ouvidoria Nacional de Serviços Penais (Onasp), Paula Cristina da Silva Godoy, e com Sandro Abel Sousa Barradas, diretor de Inteligência Penitenciária da Senappen.

Contrariando nota oficial do Ministério da Justiça, que diz que Luciene estava integrando um grupo de advogados, a mídia reproduz nas redes que ela compareceu como presidente da ILA (Associação Instituto Liberdade do Amazonas). A Polícia Civil do Amazonas diz que a ONG atua em prol dos presos ligados ao Comando Vermelho e é financiada com dinheiro do tráfico.

O Setor de Inteligência do Ministério da Justiça, diz que “era impossível a detecção prévia da situação de uma acompanhante, uma vez que a solicitante da audiência era uma entidade de advogados, e não a cidadã mencionada no pedido de nota”. E segue: “Todas as pessoas que entram no MJSP passam por cadastro na recepção e detector de metais.”

A falta de informações sobre a “Dama de Tráfico” contraria protocolos de segurança em agendas públicas do órgão.

Em suas redes sociais, Luciane disse ter levado a Velasco “*denúncias de revistas vexatórias*” no sistema prisional amazonense e apresentado um “*dossiê*” sobre as violações de direitos fundamentais e humanos cometidas nas prisões do estado.

“Em resultado destas reuniões o primeiro passo foi tomado em prol aos familiares visitantes de reclusos onde as revistas vexatórias estão em votação com maioria favorável para ser derrubada!”, escreveu, sem especificar a que votação se referia.

No caso em tela, além da insanidade da abertura de agenda por parte do Ministério da Justiça, por mais de uma vez, a uma cidadã de histórico de condenação e de alto nível de ameaça ao país, escancara-se a fragilidade do órgão cuja responsabilidade primordial consiste na preservação da ordem jurídica, concentrando-se especialmente no combate ao tráfico de drogas.

Ante o exposto, convoco o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, a comparecer a esta Comissão, para prestar informações sobre as referidas agendas com os secretários cujo Ministério é sua responsabilidade, além de esclarecer o motivo de tamanha vulnerabilidade no acesso às dependências do Palácio da Justiça.

Sala da Comissão, 13 de novembro de 2023.

Senador Jorge Seif
(PL - SC)